



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

Nº **872/LJ/2018-REFD**
Sistema Único nº **169492018**

Referências:

Ação Cautelar nº 4.375 (medida cautelar de interceptação telefônica),
Ação Cautelar nº 4.376 (medida cautelar de ação controlada),
Ação Cautelar nº 4.383 (medida cautelar de busca e apreensão) e
Ação Cautelar nº 4.384 (medida cautelar de prisão preventiva).
Conexão com os Inquéritos nº 4.074 (denúncia já oferecida),
nº 3.989 (denúncia já oferecida) e 4.631 (investigação em curso).

RELATOR: Ministro Edson Fachin

Excelentíssimo Senhor Ministro Edson Fachin,

A **PROCURADORA-GERAL DA REPÚBLICA**, no exercício de sua função constitucional prevista no art. 129-I da Constituição, no art. 6º-V da Lei Complementar nº 75/1993 e no art. 24 do Código de Processo apresenta

DENÚNCIA

em face de

CIRO NOGUEIRA LIMA FILHO, brasileiro, casado, senador da República, nascido em 21/11/1968, portador do [REDACTED]
[REDACTED] endereço profissional no Senado Federal, Anexo I, 3º andar, Praça dos Três Poderes - Brasília DF - CEP 70165-900;

EDUARDO HENRIQUE DA FONTE ALBUQUERQUE SILVA, brasileiro, natural do Recife/PE, deputado federal, nascido em

17/10/1972, com endereço profissional na Praça dos Três Poderes - Câmara dos Deputados, Gabinete: Anexo IV, 6º andar, gabinete 628, CEP: 70160-900 - Brasília - DF; e

MÁRCIO HENRIQUE JUNQUEIRA PEREIRA, brasileiro, solteiro, ex-deputado federal, portador do [REDACTED], [REDACTED], residente na QI 13, conjunto 01, casa 04, Lago Norte, Brasília/DF, atualmente custodiado no Complexo Penitenciário da Papuda, em Brasília/DF, pelas razões de fato e de direito que passa a expor.

I – SÍNTESE DAS IMPUTAÇÕES E CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A partir de agosto de 2017 e até março de 2018, **Ciro Nogueira Lima Filho** (senador da República), **Eduardo Henrique da Fonte Albuquerque Silva** (deputado federal) e **Márcio Henrique Junqueira Pereira** (ex-deputado federal) praticaram diversos atos de embaraço a investigações (art. 2º, §1º da Lei nº 12.850/2013) de crimes investigados em relação a **Ciro Nogueira e Eduardo da Fonte** em unidade de desígnios. Ameaçaram a testemunha JOSÉ EXPEDITO RODRIGUES ALMEIDA¹, deram-lhe dinheiro, pagaram despesas pessoais e prometeram cargos públicos e uma casa para que este ex-secretário parlamentar desmentisse depoimentos que prestou em 2016 à Polícia Federal nos inquéritos sobre a organização criminosa integrada por membros do Partido Progressista (atual *Progressistas*²) no Congresso Nacional, que tramitam sob a supervisão do Supremo Tribunal Federal.

Pela prática de crimes no contexto amplo da *Operação Lava Jato*, o Senador da República **Ciro Nogueira** e outros políticos do Partido Progressista foram denunciados

1 José Expedito é conhecido pelos denunciados também como “Rodrigo”, conforme fl. 223 do apenso 1 da AC nº 4.383.

2 A partir de 16 de agosto de 2017 passou a se denominar *Progressistas*.

ao Supremo Tribunal Federal em 16/11/2016, com base no Inquérito nº 4.074³, por solicitação e recebimento de vantagem indevida de R\$ 2 milhões da UTC Engenharia para favorecer esta empreiteira em obras públicas de responsabilidade do Ministério das Cidades e do estado do Piauí.

Além desta denúncia, cujas provas foram coligidas no INQ. 4.074, o PGR denunciou, em setembro de 2017, com base no INQ. nº 3.989, **Ciro Nogueira, Eduardo da Fonte** e outros dez parlamentares do Partido Progressista (atual *Progressistas*) no Supremo Tribunal Federal por crime da Lei nº 12.850/2013 (*organização criminosa*) também no âmbito da “Operação Lava Jato”. **Ciro Nogueira Lima Filho, Eduardo Henrique da Fonte de Albuquerque Silva**, Aguinaldo Velloso Borges Ribeiro, Arthur César Pereira de Lira, Benedito de Lira, Francisco Oswaldo Neves Dornelles, João Alberto Pizzolatti Junior, José Otávio Germano, Luiz Fernando Ramos Faria, Mário Sílvio Mendes Negromonte, Nelson Meurer e Pedro Henry Neto compuseram, entre 2006 e 2015, organização criminosa⁴ voltada à prática dos crimes de corrupção e lavagem de dinheiro em face da Petrobras Distribuidora S/A – BR DISTRIBUIDORA.

3 “O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, denunciou ao Supremo Tribunal Federal (STF) o senador **Ciro Nogueira** por solicitar e receber propina no valor de R\$ 2 milhões da UTC Engenharia, com base em promessas de favorecer a empreiteira em obras públicas de responsabilidade do Ministério das Cidades e do estado do Piauí. Segundo a denúncia, **Ciro Nogueira** fazia parte do grupo de liderança do Partido Progressista que participava do esquema de corrupção e lavagem de dinheiro relacionado à Diretoria de Abastecimento da Petrobras.

Conforme a acusação, o pedido de propina de **Ciro Nogueira** foi relatado em colaboração premiada do presidente da UTC Engenharia, Ricardo Pessoa, e confirmado por provas incluídas na denúncia. A denúncia informa que, entre fevereiro e março de 2014, o valor de R\$ 1,4 milhão foi entregue na residência do senador, diretamente a um de seus auxiliares, Fernando Mesquita de Carvalho Filho, também acusado na denúncia. O dinheiro em espécie teria sido repassado por Alberto Youssef, que gerenciava a contabilidade paralela da empreiteira.

Segundo as investigações, a outra parte da propina, no valor de R\$ 475 mil, foi paga entre agosto e dezembro de 2014, por meio de contrato fictício de prestação de serviços advocatícios entre a UTC Engenharia e o escritório Hughes & Hughes Advogados Associados, representado por Fernando de Oliveira Hughes Filho, acusado na denúncia juntamente com o advogado Sidney Sá das Neves. “A utilização de contrato fictício, seguida de transferências bancárias, saque e entrega de dinheiro ‘vivo’ ao beneficiário final tinha por objetivo não deixar rastros”, diz.

A acusação também sustenta que, ao longo de 2014, **Ciro Nogueira** recebeu pelo menos o valor de R\$ 1.640.000 em valores em espécie e posteriormente depositou ou recebeu depósitos de parte dessa quantia de forma pulverizada em suas contas bancárias pessoais, como estratégia para evitar a identificação dos depositantes e a comunicação das operações ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), o que acabou de fato ocorrendo” (<http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/lava-jato-pgr-denuncia-ciro-nogueira-pelo-recebimento-de-propina-de-r-2-milhoes>).

4 Crime previsto no art. 2º, § 4º, inciso II, III e V, da Lei n. 12.850/2013.

Além dos dois inquéritos que resultaram em ações penais (4.074 e 3.989), **Ciro Nogueira e Eduardo da Fonte** são investigados em um terceiro inquérito, o de nº 4.631⁵, ainda sem denúncia, que, tal como o 4.074, é também desdobramento do 3.989⁶.

Estes esclarecimentos mostram um elemento comum aos três inquéritos⁷ e às quatro ações cautelares referidas nesta denúncia⁸: a existência de uma *testemunha-chave* contra a organização criminosa, JOSÉ EXPEDITO RODRIGUES ALMEIDA, que tem sido ameaçada de morte e recebido dinheiro e ordens para embarçar investigações (INQ's 4.074, 3.989 e 4.631) sobre crimes atribuídos a **Ciro Nogueira, Eduardo da Fonte** e à organização criminosa.

O objeto desta denúncia, portanto, é especificamente a imputação pelo crime de *obstrução de justiça* (embaraçamento a investigação de infração penal que envolva organização criminosa), tipificado no art. 2º, §1º da Lei nº 12.850/2013.

II – Da imputação pelo crime de obstrução de justiça ou embaraçamento de investigação sobre organização criminosa (art. 2º, §1º da Lei nº 12.850/2013)

A partir de outubro de 2017 e até março de 2018, em Brasília/DF, São Paulo/SP, Guarulhos/SP e Campinas/SP, **Ciro Nogueira Lima Filho, Eduardo Henrique da Fonte Albuquerque Silva e Márcio Henrique Junqueira Pereira**, com vontade, consciência e unidade de desígnios, praticaram diversos atos de embaraçamento a

5 No Inq. 4.631/DF constam como investigados CIRO NOGUEIRA LIMA FILHO, EDUARDO HENRIQUE DA FONTE ALBUQUEQUE, Aguinaldo Velloso Borges Ribeiro e Arthur César Pereira De Lira.

6 A pedido da PGR, o Inq. 3989/DF foi desmembrado, originando o Inq. 4074/DF e o Inq. 4631/DF, mantida a relatoria do Exmo. Min. Edson Fachin, dada a conexão. No Inq. 4074/DF, são investigados CIRO NOGUEIRA LIMA FILHO, Fernando Mesquita de Carvalho Filho, Fernando de Oliveira Hughes Filho e Sidney Sá das Neves. Com os elementos obtidos neste inquérito, a Procuradoria-Geral da República ofereceu denúncia-crime em face de todos os investigados, arrolando como testemunha JOSÉ EXPEDITO RODRIGUES DE ALMEIDA.

7 INQ's 4.074, 3.989 e 4.631.

8 Ação Cautelar nº 4.375 (medida cautelar de interceptação telefônica), Ação Cautelar nº 4.376 (medida cautelar de ação controlada), Ação Cautelar nº 4.383 (medida cautelar de busca e apreensão) e Ação Cautelar nº 4.384 (medida cautelar de prisão preventiva).

investigações sobre crimes que teriam sido praticados por **Ciro Nogueira e Eduardo da Fonte** no exercício do mandato e no contexto de organização criminosa atuante de 2006 a 2015.

Pessoa próxima e de confiança⁹ dos parlamentares, JOSÉ EXPEDITO, na qualidade de assessor parlamentar e motorista por mais de dez anos¹⁰, observou a prática de diversos crimes, em passado recente, por parte de **Ciro Nogueira e Eduardo da Fonte**^{11 12}, todos relacionados à atividade política dos dois.

A partir de 27 de setembro de 2016, JOSÉ EXPEDITO prestou quatro importantes depoimentos à Polícia Federal (fls. 28 a 44 da AC nº4.375) em que detalhou estes crimes e apresentou uma série de provas que corroboraram o que disse¹³. Este material compôs o Relatório de Análise de Material Apreendido nº 107/2017¹⁴ e foi juntado ao Inq. 3.989/DF¹⁵. Além disto, a PGR requereu ao Exmo. Min. Edson Fachin a inclusão de JOSÉ EXPEDITO no rol de testemunhas da denúncia embasada no Inquérito 3.989. Ele já foi indicado como testemunha na denúncia oferecida com base no Inq. 4.074.

Assim, a gravidade das declarações de 2016, os documentos entregues por JOSÉ EXPEDITO e sua condição formal de testemunha judicial tornaram-no um “*arquivo*

9 A procuração que o senador lhe outorgou (fls. 103 e 131) é só mais um reflexo visível da confiança.

10 **Márcio Junqueira** confirmou a proximidade de José Junqueira aos dois parlamentares: *o viu prestando serviços de motorista aos dois parlamentares* (fl. 227 do apenso 1 da AC n. 4.383). **Ciro Nogueira** confirmou a proximidade e as condições de ex-motorista e secretário parlamentar (apenso 1 da AC nº 4.383).

11 Entre os serviços praticados no interesse do Partido Progressista e de **Ciro Nogueira e Eduardo da Fonte**, José Expedito citou o transporte de dinheiro ocultado por vias terrestre e aérea.

12 Ouvido em 18/05/2018, JOSÉ EXPEDITO reafirmou *integralmente todos os fatos relatados à Polícia Federal em 2016, com absoluta certeza, e muitos outros fatos que gradualmente lhe vêm à memória referentes à prática de transporte de valores em espécie, em carros e aviões, ao longo de 10 anos a mando de CIRO NOGUEIRA e EDUARDO DA FONTE; QUE viveu toda esta rotina de ilícito durante todo o período que trabalhou com CIRO NOGUEIRA, cerca de 8 anos* (fl. 248 do apenso 1 da AC nº 4.383).

13 Foram quatro termos de declarações prestados à Polícia Federal por JOSÉ EXPEDITO em 2016. Neles, detalhou as relações de amizade e de trabalho com os parlamentares e confessou a participação no transporte oculto de dinheiro “vivo”, por vias terrestre e aérea, a mando dos dois. Tudo começou em 2006 e prosseguiu até 2015. Os valores iam de R\$ 50 mil a R\$ 2.000.000,00. Para comprovar o que disse, JOSÉ EXPEDITO apresentou objetos, bilhetes aéreos e documentos.

14 Fls. 80 e seguintes da AC nº 4.375.

15 Conforme fl. 10 do Ofício no. 353/LJ/2018-REFD, de 12 de março de 2018, da PGR.

vivo” e, como tal, foi destinatário da atuação ilícita de **Ciro Nogueira e Eduardo da Fonte**. Bem por isso, sua vida foi ameaçada pelos dois parlamentares, razão pela qual foi necessário ser inserido no Programa de Proteção do Ministério da Justiça em 2016, dele saindo no ano seguinte, em agosto.

Ao sair do Programa, no segundo semestre de 2017, JOSÉ EXPEDITO passou a ser assediado por um emissário de **Ciro Nogueira e Eduardo da Fonte: Márcio Henrique Junqueira Ferreira**.

Márcio Junqueira é ex-deputado federal por Roraima. Foi vice-líder do Partido Progressista na Câmara dos Deputados e trabalhou ainda como assessor do Deputado Federal **Eduardo da Fonte**. Portanto, é a pessoa da confiança dos dois parlamentares e revelou-se disposto para a execução material (autoria imediata) dos atos criminosos de embaraçamento a investigações, mediante intimidação, ameaças e pagamentos a JOSÉ EXPEDITO.

A mando dos parlamentares, a partir de outubro de 2017, nos termos retratados nesta denúncia, **Márcio Junqueira** ameaçou JOSÉ EXPEDITO de morte¹⁶, exigiu dele uma retratação em Cartório do conteúdo dos depoimentos que prestou à PF em 2016 (declaração ideologicamente falsa), prometeu-lhe cargo público, casa, pagou-lhe despesas e fez entregas de dinheiro —, tudo para comprar seu silêncio e, assim, prejudicar investigações em curso perante o Supremo Tribunal Federal.

Em 20/02/2018, diante das investidas dos parlamentares por intermédio de **Márcio Junqueira** e temendo pela sua própria vida, JOSÉ EXPEDITO procurou a Polícia Federal (fl. 15 da AC nº 4.375) e manifestou seu desejo de voltar ao Programa de Proteção a Testemunhas do Ministério da Justiça. Ouvido¹⁷, reafirmou o que disse em 2016 e detalhou as abordagens de **Márcio Junqueira** a partir de 17/10/2017, no primeiro encontro, no aeroporto de Guarulhos/SP¹⁸:

16 À fl. 249 do apenso 1 da AC n. 4.383, EXPEDITO relata abordagem ameaçadora por quatro homens na rua em frente à casa de MÁRCIO JUNQUEIRA.

17 Fls. 17 e seguintes da AC nº 4.375.

18 Ouvido em 18/05/2018, José Expedito afirmou que *propôs que se encontrassem no aeroporto de Guarulhos, no restaurante Viena, próximo à Polícia Federal; que sugeriu o encontro no aeroporto por duas razões: primeiro por causa da segurança, segundo porque naquela mesma data chegaria sua*

“MÁRCIO questionou o declarante a respeito dos depoimentos prestados à Polícia Federal, nos quais o declarante cita os parlamentares EDUARDO DA FONTE e CIRO NOGUEIRA; que perguntou ao declarante por qual razão fez todas aquelas afirmações à Polícia Federal. “MÁRCIO disse que iria ajudar o declarante falando pessoalmente com o Deputado EDUARDO DA FONTE e o Senador CIRO NOGUEIRA). Nesta ocasião, MÁRCIO reforçou que iria ajudá-lo, inclusive lhe deu R\$ 2.500,00 para custear pequenas despesas” (fl. 18).

Ciente das provas hauridas nesta investigação, **Márcio Junqueira**, ouvido em 03/05/2018, não conseguiu negar que o assunto tratado nesse encontro em Guarulhos com JOSÉ EXPEDITO foi os depoimentos de Expedito à Polícia Federal em 2016, a gravidade destas declarações, o transporte de valores a mando de **Eduardo da Fonte** e **Ciro Nogueira** e o pagamento de dinheiro:

“foi nesse encontro no aeroporto de Guarulhos que José Expedito lhe informou que havia prestado depoimento na Polícia Federal (...); no seu depoimento constavam declarações referentes ao transporte de valores em espécie a mando de EDUARDO DA FONTE e CIRO NOGUEIRA; (...) que se recorda de ter entregue a JOSÉ EXPEDITO, neste episódio de Guarulhos, em outubro de 2017, algo em torno de R\$ 1.400,00” (fl. 228 do apenso 1 da AC n. 4.383).

Em novembro de 2017, EXPEDITO foi convocado a Brasília por **Márcio Junqueira**. Veio de ônibus e seguiu para a casa de **Márcio** no bairro Lago Norte da capital. Neste dia, recebeu R\$ 2.500,00 mais o valor da passagem de ônibus, ouvindo dele ordem intimidatória para *desaparecer* (fl. 18). Foi prometido ao declarante um recurso material na ordem de R\$ 5.000,00 para que permanecesse calado em relação aos fatos denunciados **e que seria orientação dada pelos parlamentares EDUARDO DA FONTE e CIRO NOGUEIRA** (fl. 18).

Além de **Márcio**, as intimidações a JOSÉ EXPEDITO a mando dos dois parlamentares denunciados foram feitas também por *ELIAS MANUEL DA SILVA*¹⁹, contador do Partido Progressista (PP). Em 06/12/2017, foi marcado um encontro em Recife com

namorada de Recife; que tem a foto desta passagem salva no aparelho celular.

19 Segundo EXPEDITO, *ELIAS* ocupa um cargo na Receita Estadual ou Federal em Juazeiro do Norte/CE por indicação de EDUARDO DA FONTE.

o advogado *ELIAS*²⁰. Recebeu dele duzentos reais e mais mil reais, quando já estava no aeroporto para pegar o voo de volta.

Veio um quarto encontro²¹. Foi em 14/12/2017, em Brasília, com **Márcio Junqueira**. JOSÉ EXPEDITO recebeu dele R\$ 1.500,00 e a orientação intimidatória para ficar calado e desaparecer, a mando dos dois parlamentares. Nesta ocasião, também por determinação dos dois parlamentares, *foi prometido ao declarante um emprego com salário de R\$ 8.000,00 logo que os processos da Lava Jato acabassem; que igualmente era prometido resolver a situação da indenização trabalhista dele por quase vinte anos prestados* (fl. 19).

Novamente, EXPEDITO reiterou (fl. 19) que *tais orientações eram repassadas por MARCIO JUNQUEIRA e ELIAS*²² *a mando do Deputado EDUARDO DA FONTE e SENADOR CIRO NOGUEIRA*.

Neste instante da dinâmica criminoso, sua vida foi ameaçada: *MÁRCIO JUNQUEIRA afirmou que se o declarante falasse alguma coisa ou gravasse, ele mesmo iria matá-lo, que não aguardaria sequer ordem dos parlamentares* (fl. 19).

O quinto encontro foi no fim de dezembro de 2017, em Brasília/DF. EXPEDITO recebeu R\$ 2.200,00 de **Márcio Junqueira**, pela mesma razão e a mando dos dois parlamentares denunciados.

20 EXPEDITO guardou registro fotográfico contendo o bilhete aéreo usado de São Paulo ao Recife para esse encontro.

21 EXPEDITO guardou registro fotográfico contendo o bilhete aéreo usado de Maceió a Brasília para esse encontro.

22 ELIAS, além de contador do PP, é pessoa ligada a **Eduardo da Fonte**. A PF analisou seu extrato telefônico e identificou 87 registros de ligações com o número 81 99971 8933, em nome de Adauto Paes Barreto, assessor de **Eduardo**, pessoa que também transportava dinheiro oculto ao deputado e do senador (fls. 208 e 209). Além de contador do Partido Progressista em Pernambuco, é contador da TAIYO MOTORS LTDA, empresa de **Eduardo da Fonte** que recebeu recursos de empresas vinculadas a ALBERTO YOUSSEF. A conversa acima é sobre uma transferência bancária eletrônica (“DOC”) em 06/08/2010, de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), da UTC ENGENHARIA S/A ao Diretório Regional Partidário do Partido Progressista (PP) em Pernambuco (item 3 do Relatório de Análise de Material Apreendido no. 107/2017).

O sexto foi em Campinas/SP²³. EXPEDITO hospedou-se no hotel Meliá de 10/02/2018 a 11/02/2018 (fl. 19), no apartamento 228, a convite de **Márcio Junqueira**, que ficou no apto. 301. *A conversa com MÁRCIO foi bastante dura, tendo ele reforçado para o declarante ficar em silêncio, desaparecer e terminantemente proibido de voltar a Brasília ou Recife; que recebeu R\$ 5.000,00 (fl. 19²⁴).*

O auto de apreensão de fls. 21 e seguintes da AC n° 4.375 reúne comprovações do que foi dito por JOSÉ EXPEDITO. São bilhetes aéreos, terrestres, tíquetes de embarque, cartão magnético do apartamento 301 do hotel Meliá²⁵, recibos de táxi e seu próprio aparelho celular.

A Polícia Federal confirmou em diligência feita no hotel a hospedagem de **Márcio Junqueira**, de seu motorista WANDERLEY CRISTIANO ESPÍNDOLA e do próprio JOSÉ EXPEDITO, no período mencionado.

Ciente das provas materiais do pagamento das despesas de EXPEDITO nesse hotel e da entrega de dinheiro, **Márcio Junqueira** não podia negá-las aos investigadores: *se propôs a custear as despesas do hotel Meliá de JOSÉ EXPEDITO, e se recorda de ter ajudado JOSÉ EXPEDITO com dinheiro, mas não se recorda precisamente o valor (fl. 228 do apenso 1 da AC n. 4.383).*

23 Segundo o depoimento de EXPEDITO à fl. 248 do apenso 1 da AC n° 4.383, em fevereiro de 2018 MÁRCIO JUNQUEIRA deu ao declarante dinheiro para a compra de uma passagem para São Paulo; que ficou combinado que MÁRCIO JUNQUEIRA lhe entregaria mais dinheiro em São Paulo para custear as despesas pessoais do declarante por algum tempo; que chegando a São Paulo, o declarante ligou para MÁRCIO JUNQUEIRA e recebeu a orientação de que deveria encontrá-lo no hotel Meliá, em Campinas/SP.

24 Mais uma vez EXPEDITO faz prova do que disse. O Auto de Apresentação e Apreensão n. 3/2018 (fl. 44 da AC n° 4.384) elenca cartão de acesso do Meliá, apartamento 228, bilhetes aéreos, terrestres, cupons de despesas pessoais e R\$ 4.763,00 em dinheiro vivo que recebeu.

25 No termo de declarações prestado após a prisão preventiva, MÁRCIO JUNQUEIRA confirma o encontro ocorrido no Hotel Meliá e a entrega de valores, alegando que pretendia tão somente contribuir com os custos de JOSÉ EXPEDITO no hotel e nos seus deslocamentos.

Check In	Sobrenome, Nome	De: 09/02/2018 Até: 09/02/2018	Check Out
09/02/2018	JUNQUEIRA, MÁRCIO HENRIQUE		11/02/2018
09/02/2018	GONCALVES LIMA, JAYLANNE		11/02/2018
09/02/2018	MACHADO, JONATHAN ANTONIO		11/02/2018
09/02/2018	SETTI, MARIA ISABEL MOLINAR		10/02/2018
09/02/2018	SOUZA ROSELI, PEREIRA DE		10/02/2018
09/02/2018	SOUZA EDI, AMARO DE		10/02/2018
09/02/2018	WANDERLEY, CRISPIANO ESPINDOLA		11/02/2018
09/02/2018	PACHECO DE OLIVEIRA, ROBERTO		11/02/2018

Inscrição Estadual :		De: 10/02/2018 Até: 10/02/2018
Check In	Sobrenome, Nome	Check Out
10/02/2018	M GOMES, ACTE1	11/02/2018
10/02/2018	GOMES, JOSE RENATO	11/02/2018
10/02/2018	FRUCHI, TANIA	12/02/2018
10/02/2018	FONTES, CARLOS HENRIQUE	12/02/2018
10/02/2018	MAURILIO, ELZA MARIA	11/02/2018
10/02/2018	ADAQ BRIDA, JOSE PEDRO	11/02/2018
10/02/2018	ALMEIDA, JOSE EXPEDITO	11/02/2018
10/02/2018	DE SOUZA, LUANA BUENO	11/02/2018
10/02/2018	GARDIN, CLAUDINEI	11/02/2018

Figura 1: Lista de hóspedes do Hotel Mejiã, em São Paulo, no dia 11/02/2018, confirmando a presença do declarante JOSÉ EXPEDITO ALMEIDA, do investigado MÁRCIO HENRIQUE JUNQUEIRA e do motorista CRISPIANO ESPINDOLA WANDERLEY.

Nesta oportunidade, MÁRCIO HENRIQUE entregou R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) a JOSÉ EXPEDITO em troca do silêncio.

A partir dos elementos probatórios obtidos até fevereiro de 2018, a investigação evoluiu para a obtenção de meios de provas do art. 3^o26 da Lei n° 12.850/2013, como interceptação telefônica (AC n° 4.375), ambiental (AC n° 4.376) e ação controlada (AC n° 4.376). Daí em diante, novas provas do embaraçamento de investigação pelos denunciados foram coligidas com solidez.

Um sétimo encontro foi comprovado em 26/02/2018. Já sob interceptação judicial, **Márcio Junqueira** instou EXPEDITO a ir à sua casa no Lago Norte de Brasília/DF²⁷ 28. A PF confirmou o encontro de ambos pela verificação das Estações Rádio Base (ERB's) dos celulares (fl. 194), fotografou a chegada de JOSÉ EXPEDITO em um táxi (fl. 214) e sua saída da casa de **Márcio** a pé (fl. 216). No encontro, EXPEDITO recebeu mais cinco mil reais em espécie e as cédulas foram arrecadadas pela PF²⁹.

26 Art. 3^o Em qualquer fase da persecução penal, serão permitidos, sem prejuízo de outros já previstos em lei, os seguintes meios de obtenção da prova: (...) II - captação ambiental de sinais eletromagnéticos, ópticos ou acústicos; III - ação controlada.

27 SHIN, QI 13, conjunto 01, casa 04, Lago Norte.

28 No termo de declarações firmado após sua prisão preventiva, **Márcio** confirma o encontro em sua residência, os diálogos mantidos com JOSÉ EXPEDITO e a entrega dos cinco mil reais.

29 Fl. 216 e Auto de Apresentação e Apreensão n. 05/2018, fl. 46 da AC n° 4.384.

A conversa entre eles neste dia foi objeto de interceptação ambiental³⁰ autorizada pelo Ministro Relator, Edson Fachin (AC n° 4376). Aos 32'10", fica claro que **Márcio** trabalha para os parlamentares na compra do silêncio de EXPEDITO. Disse ele à testemunha-chave: *o que eu falei? Quem falou foi o DUDU. Só falei com DUDU. **DUDU faltou pra mim que 'Acaba. Pra acabar'*** (fl. 222). Em seguida, falaram dos depoimentos de JUNQUEIRA de 2016, os quais foram juntados aos inquéritos já objeto de denúncias. Aqui **Márcio** expôs claramente a estratégia de **Ciro Nogueira** e **Eduardo da Fonte**. Eles queriam desqualificar os quatro depoimentos de 2016, imputando aos policiais a prática de coação. **Márcio** disse a EXPEDITO:

Em dezembro a Federal mandou pra juntar no processo o teu depoimento. (...) Nós vamos fazer o seguinte, nós vamos fazer um termo [declaração em cartório], que você foi na federal, que você está sendo coagido e o caralho, que tão te pressionando. E deixa essa porra pra lá. E tu resolve se vai ficar com a Land Rover³¹. (...) Bom, vamos fazer pra acabar (fl. 222).

Em seguida, **Márcio** lhe fez promessas em troca da mudança de versão perante a PF: *Eu tava pensando, cê ia pra Roraima, até nós alugar uma casa razoável, cê fica lá em casa, trabalhando comigo* (fl. 223).

De fato, era mais fácil para **Márcio**, que não era mais filiado ao *Progressistas* e nem é investigado nos inquéritos da *Lava Jato*, conseguir um cargo em comissão para JUNQUEIRA do que aos parlamentares. Ele disse isso a JUNQUEIRA: *eu, diferente deles [Ciro e Eduardo], não tenho dificuldades* [de nomear JUNQUEIRA em comissão).

E imediatamente sobreveio de novo o nome de **Eduardo da Fonte**: *eu não tenho dificuldades. Outra coisa, EDUARDO me chamou, eu tinha chegado de viagem, fui pra Roraima, chegueis seis horas, depois do carnaval...* (fl. 223). E novamente **Márcio** mencionou o documento ideologicamente falso contra a Polícia Federal em cartório:

MÁRCIO: *Nós tem quem que se desfazer de tudo. Tu tem coragem pra isso?*

EXPEDITO: *O quê?*

30 A transcrição integral dos áudios captados na escuta ambiental consta no laudo no. 618/2018-INC/DITEC/PF (fls. 230 e seguintes da AC n. 4.376).

31 No laudo pericial n° 618/2018-INC/DITEC/PF (cópia anexa), consta transcrição integral dos diálogos captados neste encontro. **Márcio** promete entre cem e cento e cinquenta mil reais a JOSÉ EXPEDITO, além da quitação de dívidas referentes a um veículo Land Rover.

MÁRCIO: *pra desfazer.*

EXPEDITO: *Juca, eu tô aqui, como você disse pra mim. Falou pra ele [Eduardo]. Eu tô aqui. (...)*

MÁRCIO: *nós vamo no cartório... (...) No cartório, entendeu? E depois você me encaminha o AR (fl. 223). (...)*

Aos 45'19'':

MÁRCIO: *Eu disse a eles [Ciro e Eduardo]: 'olha, eu não acredito nisso aqui. Assim, pra mim esses caras pegaram, foram juntando as coisas, puseram isso aí e ele assinou. Ele assinou porque isso aqui não é da cabeça dele'. Até juntaram... (...) Esses papeis ficaram presos (apreendidos pela PF)?*

EXPEDITO: *ficou tudo lá, pô. Ficou tudo lá, rapaz. O original, Tudinho.*

MÁRCIO: *vamos resolver.*

EXPEDITO: *vai dar certo, ele [Eduardo] vai ser o deputado mais votado do Estado. Vai dar certo.*

MÁRCIO: *Ele [Eduardo] deve chegar hoje, chegar amanhã. Mas aí eu vou falar com ele, pra juntar esse negócio, aí eu vou trazer o teu. O que quer fazer? Porque a Land tá alienada, não tem o que fazer...*

Aos 48'08'':

MÁRCIO: *tem que sair como 'eu não li, não sei ler' (fl. 224).*

Aos 49'38'': **Márcio** reafirma que não tem como os parlamentares nomearem EXPEDITO a cargo em comissão, mas ao **Márcio** é possível.

MÁRCIO: *E não adianta que com eles (Ciro e Eduardo), mesmo que quisessem, não tinha como você ficar perto deles. (...) Agora comigo tu pode ficar. Não tem problema nenhum. Tu pode ser funcionário da Assembleia até nós ver o que que acontece. Nós vamos ganhar a eleição lá, se Deus quiser (fl. 225).*

Aos 56'08'':

MÁRCIO: *eu quero matar isso essa semana. (...) Agora você não pode viajar porque eu não posso tá falando contigo no telefone (fl. 225).*

1h03'49'': **Márcio** pede os boletos do banco para pagar: *levanta esse débito pra mim. No Citibank e no Banco do Brasil. Eu quero o papel (fl. 226).*

Ainda neste encontro reapareceu o nome de ELIAS MANOEL DA SILVA ligado a **Eduardo da Fonte**. Aos 25'20'', **Márcio** repreendeu EXPEDITO por manter contato com ELIAS (*porra, tu fica falando com o Elias*). EXPEDITO nega. **Márcio**: *o DUDU (Eduardo da Fonte) falou que o ELIAS falou que tu mandou mensagem* (fl. 226).

Aos 39'45'', falaram da denúncia ajuizada pela PGR pela entrega de vantagem indevida de dois milhões de reais da UTC (Inq. 4.074³²). **Márcio**: *tá dizendo na PGR o seu relatório, que teve indício e tudo e tal*. EXPEDITO: *não posso te falar isso, não posso falar que eu não sei. Tava com os cabas lá dentro, e tava o nome do Elias. Ahhhh, rapaz, eu sei de onde tirou o nome do ELIAS. Foi o negócio do partido que foi fazer o depósito da UTC*. **Márcio**: *da UTC*. EXPEDITO: *ai o Elias imediatamente avisa* (fl. 226).

Aos 26'39'', trataram das revelações que EXPEDITO fez à PF sobre Marcos José Santos Meira, advogado que recebeu R\$ 1,25 milhão a pedido de **Eduardo da Fonte**, conforme detalhado no RAMA nº 107/2017. **Márcio** perguntou: *o que você disse do doutor Marcos Meira?* (fl. 229).

Aos 58'16'', trataram de Daividson Tolentino de Almeida³³, ex-assessor de **Eduardo da Fonte**, ex-coordenador-geral no Ministério do Trabalho e indicado para a Agência Nacional de Saúde Suplementar. **Márcio** perguntou:

tu botou o Daividson na história. EXPEDITO: *Daividson tava na papelada toda. Tava tudinho lá*. **Márcio**: *ei, isso vai ser melhor pra ti, melhor pra Dudu, vai ser melhor pra mim. Porque hoje eu tô com dois amigos que eu gosto. Eu falei "Dudu, ô, Dudu, o Rodrigo [assim também era chamado José Expedito Rodrigues de Almeida, em razão do sobrenome "Rodrigues"] quando fala de ti chora. Eu falei: Dudu, ele chora que nem menino. Nem se preocupa. **Dei 10 mil pra ele agora**. Ai ele: ele tá acertado contigo. Eu vou dar, não falei que ia dar?! Vamos resolver nada hoje. Fica de boa. Vai mandar passar as roupas. Ajeita. Se ajeita. Fica de boa. Daqui pra quarta-feira nós se fala. Depois de amanhã ou amanhã à noite* (fl. 232). *Eu vou conversar hoje com ele (Eduardo). Se ele chegar hoje. Acho que ele chega. Quando chegar hoje de noite aí eu vou dizer que conversei com você. O que eu disse pra ele: **Eduardo, desde o início ele disse que o que precisa fazer pra te livrar disso aí ele faz***. EXPEDITO respondeu: *o que você falar eu faço*.

32 Esta conversa versou sobre um DOC eletrônico feito em 06/08/2010 de cem mil reais. A UTC repassou ao Diretório Regional do PP.

33 Segundo os depoimentos prestados em 2016, também trabalhou no transporte de valores em espécie para os parlamentares **Ciro Nogueira e Eduardo da Fonte**.

Ficou claro que **Márcio Junqueira** conversaria com **Eduardo da Fonte** assim que o Deputado chegasse a Brasília/DF. E de fato **Márcio** foi ao Congresso Nacional no dia seguinte, 27/02/2018, conforme levantamento (fl. 233).

Ficou claro também que a fala “*dei 10 mil pra ele agora*” diz respeito aos dois pagamentos de cinco mil reais feitos a EXPEDITO, cinco mil reais em Campinas/SP e os outros cinco mil já no curso da ação controlada, devidamente apreendidos.

Outro tema relevante dessa interceptação ambiental disse respeito ao veículo Pajero. O carro, de placa KKE 1144, foi blindado para que transportasse dinheiro da organização criminosa e estava em nome da empresa ADPL Motors, cujos proprietários de fato são **Ciro Nogueira** e **Eduardo da Fonte**, segundo EXPEDITO (páginas 23 e 24 do RAMA 107/2017). **Márcio** questionou: *tu falou da Pajero?* EXPEDITO: *falei. Tava tudo dentro da mala. O que eu paguei de cartão meu, tudo dentro da mala. Tudo! (...) Na Polícia Federal ficou lá, os documentos tudinho, ficou lá* (fl. 235). Consta auto de apreensão da nota fiscal do serviço de blindagem desse veículo, documento analisado do Relatório de Análise de Material Apreendido n.º 107/2017.

No diálogo a seguir, **Márcio Junqueira** (“M5”) faz a **José Expedito** (“M1”) referências expressas ao Senador da República **Ciro Nogueira**:

EXPEDITO: *(Ininteligível) ... sabe como é que é **Ciro**, né? Era aquilo ali aí (Ininteligível) acabou. Não dava mais. Márcio: Como é que pode, né? EXPEDITO: E. bastante dinheiro, né? Não é? Pra quê isso? Márcio: Ai ai ai. Eu sei que pegou todo mundo, pegou Marcos Meira, pegou Adauto, pegou Elias, pegou Djalma, **pegou **Ciro****, pegou tu. EXPEDITO: Todo mundo. É, porque tava junto, né? Tudo papel comprovando. Márcio: de mim, eles não perguntaram nada?*

Em diálogos interceptados em 27/02/2018, combinaram que **Márcio** pagaria títulos bancários de dívidas (boletos) de EXPEDITO (fl. 195).

EXPEDITO: *Tá deixa eu te falar, do banco eu peguei tudo, só falta um do Banco do Brasil que amanhã eu pego. Tá comigo o do Citibank.*

MÁRCIO: *Tá bom, tá bom.*

Confrontado com as provas materiais desses diálogos após sua prisão preventiva, **Márcio Junqueira** não pôde negá-las. Restou-lhe apresentar as versões inverossímeis (fls. 227 e seguintes do apenso 1 da AC nº 4.383).

No dia 27/02/2018, **Márcio Junqueira** informou em ligação telefônica com terceira pessoa que estava indo *para a casa de Eduardo lá na trezentos e dois* (fl. 200). A pesquisa em ERB's confirmou sua ida à casa de **Eduardo da Fonte** na SQN 302, bloco A, apto. 302, Brasília/DF (fl. 202)³⁴. Ainda nesse dia, **Márcio** combinou com EXPEDITO a ida ao cartório para a elaboração de um documento que desacreditasse seus depoimentos à PF em 2016: *E aí, vamos ao cartório logo...* (fl. 201). Este fato será mais detalhado adiante.

Em 28/02/2018, o oitavo encontro tornou-se fato. Seria em uma padaria no bairro Octogonal³⁵, nesta capital, mas acabou ocorrendo em um café no shopping Conjunto Nacional³⁶. **Márcio Junqueira** entregou mil reais (fl. 198). A Polícia Federal estava presente, fotografou-os (fls. 241/247) e registrou a entrega de mil reais em espécie (fl. 251) e de dois boletos³⁷, um do Banco do Brasil (R\$ 64.450,38) e outro do Itaú (R\$ 38.615,22). Tudo foi devidamente apreendido (fls. 252/254). Ouvido após sua prisão preventiva, **Márcio** confirmou este encontro no Conjunto Nacional, as tratativas sobre os boletos bancários e a citação dos nomes dos dois parlamentares.

34 Mesmo diante das provas da PF de que esteve na casa de **Eduardo da Fonte, Márcio Junqueira**, ouvido por ocasião do cumprimento de sua prisão preventiva, negou sua presença na casa do deputado neste dia.

35 *Eu tô aqui na... Eu descobri uma padaria boa aqui, que eu vim do Citibank, padaria chamada Santo Antônio, aqui na Octogonal* (fl. 197).

36 *No Conjunto Nacional? É, uai. (...) senta num café daquele ali e eu... me diz onde é que tá o café* (fl. 198).

37 Fls. 299 e seguintes da AC nº 4.376.



Encontro no Conjunto Nacional, das 21:05hs às 21:35hs do dia 28 de fevereiro de 2018. JOSÉ EXPEDITO (camisa clara, sentado) apresenta a MÁRCIO JUNQUEIRA (camisa escura, sentado) o boleto do Banco Itaú, no valor de R\$ 38.615,22 (trinta e oito mil, seiscentos e quinze reais, vinte e dois centavos). Participa do encontro de CRISPINIANO ESPINDOLA WANDERLEY, apelido VERAS (camisa clara, em pé), motorista e assessor de MÁRCIO JUNQUEIRA.

Em novos diálogos (índices 7149147 e 7146919 – fl. 345), **Márcio** e EXPEDITO ensaiaram mais um encontro. Porém, **Márcio** esperava a chegada de **Eduardo** às 21:49h de 05/03/2018. Em diligência, a Polícia Federal apurou que **Eduardo da Fonte** chegou a Brasília/DF às 20:46h do dia 05/03/2018, em um voo da GOL vindo de Recife/PE³⁸. Na conversa, EXPEDITO pergunta a **Márcio** sobre o pagamento dos boletos: *e os boletos, pô? E os boletos, hein? Márcio* disse que mostraria a “**eles**” (**Ciro e Eduardo**): *Não. Eu vou, eu vou mostrar pra eles, que eu não mostrei ainda, né?! (fl. 346).*

O próprio **Márcio Junqueira**, ouvido à fl. 231 do apenso 1 da AC n. 4.383, **confirmou que ao afirmar que trataria dos boletos “com eles”, se referia a EDUARDO DA FONTE e a CIRO NOGUEIRA.** A espontaneidade e a clareza desse diálogo colocam **Senador e Deputado na cena do crime**, na autoria intelectual das ações, embora **Márcio Junqueira** tenha tentado, posteriormente e por óbvio, mas sem qualquer sucesso, isentá-los³⁹.

38 Fl. 346 e voo GOL 1759 – fl. 98 – Auto Circunstanciado n° 03/2018.

39 (...) mas desde já deixa claro que apenas utilizou o nome dos parlamentares neste diálogo como forma de JOSE EXPEDITO não se sentir excluído (fl. 231 do apenso 1).

O ponto de partida de toda essa investigação foram as provas que embasaram o Relatório de Análise de Material Apreendido nº 107/2017-GINQ/DICOR/PF. **José Expedito** apresentou mala com documentos ligados a **Eduardo da Fonte** e a **Ciro Nogueira**.

A partir da farta documentação acostada, é possível afirmar que **Ciro Nogueira** e **Eduardo da Fonte** mantiveram relações criminosas biunívocas durante anos, as quais foram testemunhadas presencialmente por **José Expedito**. Muitas delas disseram respeito ao transporte de dinheiro de origem criminosa feito pelo ex-assessor. Nesse universo estão: a) a remessa de cem mil reais da UTC Engenharia (fl. 119 da AC n. 4.383); b) o uso compartilhado de imóvel para guarnecimento de dinheiro (fl. 123); c) o recebimento de R\$ 1,25 milhão pelo advogado *Marcos Meira* (fl. 124); d) a busca de cinquenta mil reais junto a *Daividson Tolentino* (fl. 126), pessoa indicada por **Ciro Nogueira** para o cargo de Diretor de Logística e Saúde do Ministério da Saúde; e) transporte de seiscentos mil reais pela Pajero blindada (fl. 132), veículo esse pertence a **Eduardo** e a **Ciro** (fl. 133); e f) a busca de pelo menos R\$ 450 mil junto a *Julio Arcoverde*, a mando de **Ciro** e **Eduardo**⁴⁰.

Não por coincidência, justamente todos esses temas compuseram a pauta da conversa do mensageiro **Márcio Junqueira** com a testemunha, como prova a interceptação ambiental. E todos esses temas envolveram **Ciro Nogueira** e **Eduardo da Fonte**.

É de se registrar que o ex-deputado **Márcio Junqueira** não é investigado na *Lava Jato* fora do caso ora imputado. Depois de passear por vários partidos políticos (filiações partidárias: PTB, 1996-1997; PSDB, 1997-1998; PL, 1998-1999; PDT, 1999-2005; PFL, 2005-2007; DEM, 2007-2013; PP, 2013; PROS, 2013⁴¹), exerceu no

40 Essa relação, suas provas e o depoimento de José Expedito à Polícia Federal em setembro de 2016 (fls. 167 e seguintes) fizeram com que Márcio Junqueira, a mando expresso dos dois, procurasse José Expedito para comprar seu silêncio no fim de 2017, ocasião em que MÁRCIO disse que iria ajudar o declarante [José Expedito] falando pessoalmente com o Deputado EDUARDO DA FONTE e SENADOR CIRO NOGUEIRA. (...) após questionado, reitera que as tratativas com MÁRCIO JUNQUEIRA e ELIAS eram sempre no sentido, chegando os mesmos a afirmar que seria a orientação dada pelos parlamentares EDUARDO DA FONTE e CIRO NOGUEIRA (fl. 185 da Ação Cautelar nº 4383).

41 http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=141496&tipo=1

Congresso Nacional um mandato “*tampão*” no final de 2015, filiado ao partido PROS, na condição de suplente. Foi seu último cargo político. Dito isso, pode-se afirmar que não é um militante dos *Progressistas* e nenhuma prova entregue por **José Expedito** à Polícia Federal em 2016 lhe atinge. Nem sequer seu nome é citado no Relatório de Análise de Material Apreendido n.º 107/2017.

Mesmo assim, coube a **Márcio**, não em nome próprio, exigir que **José Expedito** favorecesse **Eduardo da Fonte** e **Ciro Nogueira** ao não relevar os crimes que sabe por ter trabalhado com eles por anos.

Para esse fim, vários pagamentos — cuja soma, entre quitação de boletos e entrega de dinheiro, passou bem de cem mil reais — foram feitos por **Mário Junqueira** a JOSÉ EXPEDITO no curto intervalo de três meses. Às fls. 44 e seguintes, constam autos de apreensão de vários bilhetes aéreos e rodoviários em nome de **José Expedito** pagos por **Márcio Junqueira**. Até uma promessa de mais cento e cinquenta mil reais foi feita⁴².

Esses valores obviamente não eram de **Márcio Junqueira**. E nem poderiam ter. Durante a busca em sua casa, **Márcio Junqueira** informou aos policiais que *tem como uma de suas remunerações um salário de aproximadamente R\$ 6.000,00 proveniente de partido político. Sobre o aluguel de sua residência, foi constatado, através de recibo encontrado no local da busca, que o valor do aluguel é de R\$ 6.400,00 por mês. O alvo informou que outra parte de sua renda é derivada de ajuda de terceiros, sem especificar as pessoas* (fl. 354 do vol. II da AC n.º 4.383).

Márcio Junqueira, portanto, não trabalhava para si e nem sequer tinha respaldo financeiro próprio para bancar tantas *doações desinteressadas* a EXPEDITO ou pagar boletos, hotéis, motorista, viagens de avião e ônibus. Não dirigia as ações de embaraçamento e não era beneficiário delas. Ele simplesmente as executava por ser o elo com **José Expedito** em proteção aos superiores **Ciro Nogueira** e **Eduardo da Fonte**⁴³.

42 *Disse ao depoente [Expedito] que lhe pagaria R\$ 150.000,00 em espécie, ainda esta semana, para 'resolver tudo'* (fl. 250 do apenso I da AC n.º 4.383).

43 Os nomes dos parlamentares foram repetidamente citados, de forma espontânea, por **Márcio Junqueira** nos diversos áudios interceptados pela Polícia Federal, especialmente quando questionava a JOSÉ EXPEDITO sobre os depoimentos prestados à Polícia Federal. E seus nomes eram citados justamente nos contextos de promessa e oferta de vantagens a EXPEDITO como contrapartida da retratação dos depoimentos de 2016.

Diante das provas que lhe foram apresentadas em sua oitiva em 03/05/2018, não pôde negar os contatos pessoais que manteve com **Eduardo da Fonte** e com **Ciro Nogueira**⁴⁴, mas os dissimulou: *para tratar de questões partidárias*.

Em oitiva após o cumprimento de sua prisão preventiva, **Márcio Junqueira** esforçou-se para isentar⁴⁵ de responsabilidade **Ciro Nogueira** e **Eduardo da Fonte**. **Confirmou ter usado os nomes de** **Ciro** e **Eduardo da Fonte** nas tratativas com JOSÉ EXPEDITO, mas *sem autorização ou conhecimento* dos parlamentares. Sobre os valores pagos a EXPEDITO, disse que foram ajuda humanitária a “*um amigo que passava por necessidades*”.

Comparada essa versão com o teor espontâneo e verdadeiro da interceptação ambiental e demais provas dos autos, essa linha de defesa torna-se insustentável.

A partir daí, as investigações evoluíram para a fase ostensiva em 24/04/2018 (Ação Cautelar nº 4.383). Com autorização do Supremo Tribunal Federal, mandados de busca e apreensão foram cumpridos em endereços ligados aos três denunciados.

O resultado destas buscas foi a obtenção de mais elementos de ligação entre **Ciro Nogueira** e a *testemunha-chave*, JOSÉ EXPEDITO, além do descortinamento de outros crimes praticados pelo senador⁴⁶.

Foi apreendida uma folha de papel (item 1⁴⁷) com uma pesquisa sobre JOSÉ EXPEDITO RODRIGUES DE ALMEIDA, a *testemunha-chave*. Entrevistado durante a

44. *Se recorda de ter estado com o senador CIRO NOGUEIRA no mês de abril passado, no seu gabinete no Senado Federal* (fl. 231 do apenso 1 da AC nº 4.383).

45. De todo modo, de maneira contraditória ao sustentado acima, **Márcio Junqueira** admitiu ter recebido de **Eduardo da Fonte** a orientação de “*ficar passando entre 10 e 20mil*” a JOSÉ EXPEDITO.

46. As buscas em endereços de **Ciro Nogueira** levaram ainda às apreensões de 204 munições de calibre restrito (9mm) de origem estrangeira (art. 18 da Lei nº 10.826/2003), 34 munições de calibre restrito . 357 (art. 16 da Lei nº 10.826/2003) (fl. 265 do vol. II da AC n. 4.383), R\$ 104.615,00 (fl. 257), R\$ 72.300,00 (fl. 263), R\$ 40.950,00 (fl. 264) e R\$ 5.000,00 (fl. 264), bem como a documentos que sugerem crime de peculato na apropriação de salário de assessor parlamentar indicado pela deputada federal IRACEMA PORTELLA, esposa de **Ciro** (fl. 257), fato a ser melhor investigado em inquérito já requerido a essa Corte no bojo do documento PGR de nº N.º 619/LJ/2018-REFD, Sistema Único nº 123567/2018, de 07 de maio de 2018.

47. Folha 253 da AC nº 4.383.

busca, o chefe de gabinete do Senador, Marcelo Lopes da Fonte, confirmou que o documento foi uma pesquisa feita por ele mesmo a pedido do senador (fl. 252). A redação do documento principia com a frase: *1. A pessoa que o senhor pediu para verificar não consta nada aqui no senado* (fl. 253).

ITEM 01

1. A pessoa que o senhor pediu para verificar não consta nada aqui no senado.
2. Foi lotado no seu gabinete enquanto deputado de 08/04/2009 a 26/05/2010
3. Lotado no Fernandinho de 12/02/2015 a 14/06/2016
4. Filiado ao PP de Saloá/Pernambuco desde 19/09/2011

Nomeação

- PORTARIA CD-CC-SP-04191/2009 O Diretor da Coordenação de Secretariado Parlamentar, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pelo artigo 1º da Portaria n.º 53, de 2002, do Senhor Diretor Administrativo, resolve NOMEAR JOSE EXPEDITO RODRIGUES ALMEIDA para exercer, no gabinete do(a) Senhor(a) Deputado(a) CIRO NOGUEIRA, o cargo em comissão de SECRETÁRIO PARLAMENTAR SP-14, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, transformado pelo artigo 61 da Resolução n.º 30 de 1990. (Boletim de 08/04/2009)

Exoneração

- PORTARIA CD-CC-SP-02934/2010 O Diretor da Coordenação de Secretariado Parlamentar, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pelo artigo 1º da Portaria n.º 53, de 2002, do Senhor Diretor Administrativo, resolve EXONERAR, a partir de 26 de maio de 2010, o(a) servidor(a) JOSE EXPEDITO RODRIGUES ALMEIDA, ponto n.º 227687, do cargo em comissão de SECRETÁRIO PARLAMENTAR SP-14, que exerce no gabinete do(a) Senhor(a) Deputado(a) CIRO NOGUEIRA.

Filiado ao PP de Saloá/PE – desde 19/09/2011

12/02/2015

N 7-597 - Nomear, na forma do artigo 9º, inciso II, da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, JOSE EXPEDITO RODRIGUES ALMEIDA para exercer, no gabinete do (a) Deputado (a) FERNANDO MONTEIRO, o cargo em comissão de Secretário Parlamentar, SP20, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados.

N.º 3467 - Exonerar, de acordo com o artigo 35 da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, a partir de 14 de junho de 2016, JOSE EXPEDITO RODRIGUES ALMEIDA, ponto n.º 227687, do cargo em comissão de Secretário Parlamentar, SP20, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, que exerce no gabinete do(a) Deputado(a) FERNANDO MONTEIRO.

As provas contra **Ciro** vão além. Na casa de **Márcio Junqueira**, foi apreendido seu telefone celular⁴⁸. Consta nele uma mensagem entre **Márcio Junqueira** e **Ciro Nogueira**, pelo aplicativo *WhatsApp*, às 02:49h de 22/03/2018, em que **Márcio** encaminha a **Ciro Nogueira** os dados de contato de JOSÉ EXPEDITO RODRIGUES ALMEIDA (“Almeida Sp”).

48 Identificação IMEI 356554089058677 (item 3.5 do Relatório de Análise de Material Apreendido n.º43/2018).

Conversation (WhatsApp Chat)

Export   


Participants (2)



(owner) **Marcio Junqueira** [redacted]@s.whatsapp.net
Ciro Nogueira [redacted]@s.whatsapp.net


Conversation




- ✓ Select/Deselect all 29 messages

- Marcio Junqueira** 
Vai com Deus
 21/03/2018 23:18:43(UTC-3)

- Marcio Junqueira** 
E cuidado com os venezuelanos
 21/03/2018 23:18:58(UTC-3)

- Ciro Nogueira** 
Kkkk
 21/03/2018 23:20:09(UTC-3)

- Marcio Junqueira** 
 Shared contact
Rico
 22/03/2018 02:48:18(UTC-3)

- Marcio Junqueira** 
 Shared contact
Almeida Sp
 22/03/2018 02:49:11(UTC-3)

Contact

Go to ▾



Name: Almeida Sp
Source:
Group:
Contact Type:
Created: 05/12/2017 22:27:17(UTC-2)
Modified: 21/02/2018 09:11:38(UTC-3)
Last time contacted:
Times contacted:
Extraction: Logical (2)
Source file:

Details

Celular [redacted]

Organizations

O Senador **Ciro Nogueira**⁴⁹ e **Márcio Junqueira**⁵⁰, ouvidos pela Polícia Federal, incorreram em **contradição inequívoca** com a prova acima: à fl. 231 do apenso 1 da AC nº 4.383, **Márcio Junqueira** categoricamente afirmou que **CIRO NOGUEIRA nunca fez perguntas ao declarante sobre José Expedito**. **Ciro Nogueira** ousou dizer que **não conhecia qualquer relação entre José Expedito e MÁRCIO JUNQUEIRA**. Nesse depoimento, **Ciro declarou** que exonerou Expedito do cargo em comissão em seu gabinete em março de 2010 porque *não tinha postura adequada* (fl. 223), e que, *após a exoneração de JOSÉ EXPEDITO em 2010, não manteve com ele qualquer relação funcional ou profissional* (fl. 223).

A análise de seus telefones pela Polícia Federal demonstrou⁵¹ que os denunciados mantinham estratégia comum de criminosos: apagar conversas, registros de chamada e utilizar de diferentes números de celular (troca de telefone).

49 “*QUE em no dia 21/03/2018 o declarante viajou para Boa Vista em missão oficial, juntamente com o Ministro das Cidades para inauguração de obras em geral em Boa Vista; QUE MÁRCIO JUNQUEIRA ligou para o declarante pouco antes dessa missão oficial, solicitando que o declarante fizesse gestão no sentido de que o Ministro das Cidades recebesse um presidente de uma associação comunitária; QUE não se recorda ao certo qual associação, mas se compromete a apresentar os cartões e os documentos complementares necessários; QUE na véspera da janela partidária, que teve como data final o dia 07/04/2018, o declarante entrou em contato com MÁRCIO JUNQUEIRA, com o objetivo de retomar os diálogos para o comando do PROS no Piauí; QUE o declarante recebeu MÁRCIO JUNQUEIRA no seu gabinete parlamentar, oportunidade na qual MÁRCIO JUNQUEIRA ofereceu para o declarante o comando do partido AVANTE, sendo que o declarante recusou a proposta em virtude de que o AVANTE já era um partido ligado ao seu grupo político no Piauí; QUE após esses fatos, não mais manteve contatos com MÁRCIO JUNQUEIRA; QUE todos os contatos pessoais feitos com MÁRCIO JUNQUEIRA foram no gabinete do declarante; QUE MÁRCIO JUNQUEIRA nunca tratou com o declarante a respeito de questões relativas a JOSÉ EXPEDITO RODRIGUES, **nem sabia que MÁRCIO JUNQUEIRA conhecia JOSÉ EXPEDITO**; **QUE não conhecia qualquer relação entre JOSÉ EXPEDITO e MÁRCIO JUNQUEIRA**, mas acha razoável que os dois se conheçam, uma vez que ambos possuem relação com o Deputado federal EDUARDO DA FONTE” (termo de declarações de CIRO NOGUEIRA LIMA FILHO no RE 82/2018).*

50 “*QUE entende que as declarações prestadas por JOSÉ EXPEDITO à Polícia Federal em 2016 são graves; QUE, mesmo assim, em nenhum momento tratou com o Senador CIRO NOGUEIRA sobre as declarações prestadas por JOSÉ EXPEDITO à Polícia Federal, nem sobre as demandas recentes de JOSÉ EXPEDITO no sentido de quitar dívidas e elaborar termo declarando que estava sob coação; QUE não tratou destes temas com o Senador em razão de não ter noção da gravidade das declarações de JOSÉ EXPEDITO, e também porque estes temas não diziam respeito ao declarante; QUE CIRO NOGUEIRA nunca fez perguntas ao declarante sobre JOSÉ EXPEDITO” (termo de declarações de MÁRCIO HENRIQUE JUNQUEIRA PEREIRA no RE 82/2018).*

51 “*Ainda sobre este aparelho, os analistas constatam a exclusão de conversas e de registros de chamada. Observam ainda que o celular, conquanto vinculado ao número 61-99832-9012 (alvo de interceptação telefônica), não é o mesmo aparelho utilizado por MÁRCIO JUNQUEIRA durante o período das interceptações (diferentes numerações de IMEI). Em outras palavras, MÁRCIO JUNQUEIRA trocou o aparelho celular utilizado entre o período das interceptações telefônicas e o cumprimento dos mandados de busca” (pág. 28 do Relatório – RE 82/2018).*

III – Da adequação típica

Ao assim agirem, em comunhão de esforços e unidade de desígnios, os denunciados praticaram o crime previsto no §1º, art. 2º, da Lei nº 12.850/2013, que prevê:

Art. 2º Promover, constituir, financiar ou integrar, pessoalmente ou por interposta pessoa, organização criminosa:

Pena - reclusão, de 3 (três) a 8 (oito) anos, e multa, sem prejuízo das penas correspondentes às demais infrações penais praticadas.

§ 1º Nas mesmas penas incorre quem impede ou, de qualquer forma, embaraça a investigação de infração penal que envolva organização criminosa.

IV – Requerimentos finais

Pelo exposto, requeiro:

a) a notificação dos denunciados para oferecerem resposta escrita no prazo de 15 (quinze) dias, na forma do art. 4º da Lei n. 8.038/1990, adotando-se a providência prevista no art. 5º, se for o caso;

b) o recebimento da denúncia;

c) a citação dos acusados para responderem à ação penal e acompanhar a instrução, nos termos dos artigos 1º a 12 da Lei n. 8.038/1990 e do Código de Processo Penal;

d) durante a instrução do feito, a adoção das seguintes diligências: oitiva da testemunha abaixo arrolada e outras medidas que venham a ser consideradas necessárias;

e) perda do cargo público, função pública ou mandato eletivo, na forma do art. 92, I do Código Penal;

f) sequestro, na forma dos arts. 125, 126 e seguintes do Código de Processo Penal, e futura perda, em favor da União, na forma do art. 91, II, b do Código Penal, dos valores em dinheiro apreendidos nesta investigação, tanto os repassados a JOSÉ EXPEDI-

TO, quanto as cédulas apreendidas nos endereços de **Ciro Nogueira** (R\$ 104.615,00⁵², R\$ 3.620,00⁵³, R\$ 72.300,00⁵⁴, R\$ 40.950,00⁵⁵ e R\$ 5.000,00⁵⁶). Considerado o universo de crimes de corrupção imputados ao Senador **Ciro Nogueira** nos autos das ações penais em curso (INQ. 4.074 e INQ. N° 3.989) e a indicação da utilização desses valores para os pagamentos a **José Expedito**, a apreensão deste numerário impõe-se e, se deferida, poderá, inclusive, ser compartilhada com as referidas ações penais em curso.

Brasília, 14 de junho de 2018.


Raquel Elias Ferreira Dodge
Procuradora-Geral da República

Testemunhas:



52 Fl. 257 do volume II da AC n° 4.383.

53 Fl. 319 do volume II da AC n° 4.383.

54 Fl. 263 do volume II da AC n° 4.383.

55 Fl. 264 do volume II da AC n° 4.383.

56 Fl. 264 do volume II da AC n° 4.383.